



COMBOIOS DE PORTUGAL

# Concurso público para contratação de seguro de saúde do Grupo CP

## PROGRAMA DE CONCURSO

Ref.: 826944

Julho de 2025



## **1. IDENTIFICAÇÃO E OBJETO DO CONCURSO**

- 1.1.** O presente procedimento é designado por: Concurso público para contratação de seguro de saúde do Grupo CP.
- 1.2.** O presente concurso tem como objeto a prestação de seguro de saúde, em conformidade com os termos, condições e exigências que constam do presente programa de concurso, caderno de encargos e respetivos anexos.
- 1.3.** O procedimento rege-se pelo disposto no presente programa de concurso, pelo caderno de encargos e respetivos anexos e, subsidiariamente, pelo regime procedimental do procedimento por prévia qualificação previsto no CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual.
- 1.4.** As peças e o processo do presente concurso estão disponíveis na plataforma eletrónica referida no ponto 2.4. para consulta pelos interessados bem como nas instalações da CP, referidas no ponto 2.3. durante o horário referido no mesmo ponto, desde o dia da publicação do anúncio no Diário da República até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

## **2. ENTIDADE ADJUDICANTE**

- 2.1.** Agrupamento de entidades adjudicantes composto por:
  - i. CP – Comboios de Portugal, E.P.E.;
  - ii. Fernave – Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria em Transportes e Portos, SA;
  - iii. Ecosaúde – Educação, Investigação e Consultoria em Trabalho, Saúde e Ambiente, SA;
  - iv. EMEF/Siemens, ACE;
  - v. Nomad Tech Lda;
  - vi. CCF – Associação Centro de Competências Ferroviário.
- 2.2.** A representante do agrupamento deste procedimento é a CP – Comboios de Portugal, E.P.E..
- 2.3.** Endereço – CP – Compras e Logística  
Calçada do Duque, 20  
1249 - 109 Lisboa  
Telefone: + 351 21 10 23839  
E-mail: [compras@cp.pt](mailto:compras@cp.pt)
- 2.4.** A plataforma eletrónica a ser utilizada pelos interessados durante o presente procedimento será a seguinte: [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt).



### **3. ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR**

A decisão de contratar foi tomada pelo agrupamento de entidades adjudicantes, em 17 de Julho de 2025.

### **4. CONDIÇÕES DE ADMISSÃO DOS CONCORRENTES**

- 4.1.** Ao presente procedimento concursal não podem apresentar propostas as entidades que se encontrem em alguma das situações referidas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos (adiante brevemente designado por CCP), sem prejuízo de o concorrente poder invocar a sua idoneidade através da demonstração das medidas tomadas para o efeito, nos termos do n.º 2 do art.º 55.º A do CCP.
- 4.2.** Só é permitida a apresentação de propostas por empresas de seguros (seguradoras) que preencham cumulativamente os seguintes requisitos:
- a) Estejam devidamente autorizadas pelo Instituto de Seguros de Portugal a exercer a atividade de seguros em Portugal, mais concretamente, a explorar o seguro de saúde objeto do presente concurso;
  - b) Respeitem os demais requisitos do regime jurídico do acesso e exercício da atividade seguradora em Portugal.
- 4.3.** Não é permitida a apresentação de propostas por corretores ou mediadores de seguros.

### **5. CO-SEGURO**

- 5.1** Os concorrentes poderão agrupar-se nos termos do regime jurídico do contrato de seguro aprovado pelo Decreto-Lei n.º 72/2008, de 16 de abril, em regime de co-seguro devendo indicar na proposta, desde logo, qual o segurador líder.
- 5.2** O contrato de seguro é titulado por uma apólice única, com as mesmas garantias e período de duração e com um prémio global na qual figurará a quota-parte do risco ou a percentagem do capital assumido por cada co-segurador.
- 5.3** O líder fará a gestão do contrato, em seu nome e no de todas as co-seguradoras, competindo-lhe, nomeadamente:
- (1) receber, por parte do tomador do seguro, a declaração do risco a segurar, bem como as declarações posteriores de agravamento ou diminuição desse mesmo risco;
  - (2) fazer a análise e estabelecer as condições do seguro e respetiva tarifação;



- (3) emitir a apólice, sem prejuízo de esta dever ser assinada por todas as co-seguradoras;
- (4) proceder à cobrança dos prémios, emitindo os respetivos recibos;
- (5) desenvolver, se for caso disso, as ações previstas no regime jurídico do contrato de seguro em caso de falta de pagamento de um prémio ou fração de prémios;
- (6) receber as participações de sinistro e proceder à sua regularização;
- (7) aceitar e propor a cessação do contrato.

**5.4** No caso de sinistro, o líder procede, em seu próprio nome e em nome e por conta das restantes co-seguradoras, à liquidação global do sinistro.

**5.5** O líder é civilmente responsável perante as restantes co-seguradoras pelas perdas e danos decorrentes do não cumprimento das funções que lhe são cometidas, não podendo destes factos resultar prejuízo para o segurado.

## **6. ESCLARECIMENTOS E ERROS E OMISSÕES DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO**

**6.1.** Até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação de propostas, os concorrentes podem solicitar na plataforma eletrónica os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, bem como apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento detetados, nos termos do artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos.

**6.2.** Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação de propostas, o júri prestará os esclarecimentos solicitados, e o órgão competente pronunciar-se-á sobre os erros e omissões identificados, sendo os mesmos juntos às peças do concurso e notificados a todos os concorrentes que tenham adquirido as peças do concurso.

**6.3.** Quando as retificações ou a aceitação de erros ou omissões do caderno de encargos implicar a alteração de aspetos fundamentais das peças do concurso, o prazo fixado para a apresentação de propostas será prorrogado por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até à comunicação das retificações ou à publicitação da decisão de aceitação dos erros ou de omissões.

**6.4.** Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência

## **7. MODO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS**

**7.1.** A participação no concurso depende da prévia inscrição na plataforma eletrónica [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt).



- 7.2.** O acesso à plataforma eletrónica, incluindo os selos temporais é gratuito (nos procedimentos da CP – Comboios de Portugal, EPE) e permite efetuar a consulta de todos os atos do procedimento que devam ser publicados, bem como a apresentação de propostas.
- 7.3.** As propostas e os documentos que a constituem são apresentados diretamente na plataforma eletrónica, até ao termo do prazo fixado neste programa de concurso, devendo respeitar os termos referidos na Lei n.º 96/2015 de 17 de agosto.
- 7.4.** A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregues aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo dessa mesma receção.
- 7.5.** Quando, pela sua natureza, qualquer documento dos que constitui a proposta não possa ser apresentado nos termos do número 5.3., deve ser encerrado em invólucro opaco e fechado, no rosto do qual se deve indicar a designação do procedimento e a identificação da entidade adjudicante, e ser entregue diretamente ou enviado por correio registado com aviso de receção à CP, para a morada indicada no número 2.2, devendo, em qualquer caso, a respetiva receção ocorrer dentro do prazo fixado para a apresentação das propostas.
- 7.6.** No caso de envio de documentos da proposta nos termos do ponto anterior, o concorrente será o único responsável pelos atrasos que porventura se verifiquem, não podendo apresentar qualquer reclamação na hipótese de a entrada dos documentos se verificar já depois de esgotado o prazo de entrega das propostas.

## **8. DOCUMENTOS QUE INSTRUEM A PROPOSTA**

- 8.1.** Os concorrentes devem apresentar a proposta, instruída com os documentos referidos no presente programa de concurso, nomeadamente:
- a. Documento Europeu Único de Contratação Pública, que deverá ser preenchido eletronicamente em <https://espd.eop.bg/espd-web/filter?lang=pt> e junto através da plataforma eletrónica de contratação pública;
  - b. Certidão permanente da entidade concorrente;
  - c. Documento comprovativo dos poderes de representação, caso não conste da certidão permanente;
  - d. Indicação dos Prémios Comerciais para cada categoria através do preenchimento do ANEXO - Modelo de proposta (formato excel);
  - e. Quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por considerar indispensáveis para comprovar os atributos da proposta.



- 8.2.** Na proposta, o concorrente pode especificar os aspetos que considere relevantes para a sua apreciação, desde que não contrarie o disposto nas peças do presente procedimento concursal.
- 8.3.** A apresentação das propostas por qualquer dos concorrentes implica a aceitação sem reservas das condições
- 8.4.** Os documentos que instruem a proposta devem ser redigidos em língua portuguesa.
- 8.5.** Quando pela sua natureza ou origem os documentos que instruem a proposta estiverem redigidos em língua estrangeira, devem os mesmos ser acompanhados de tradução devidamente legalizada.
- 8.6.** Quando os preços da proposta também forem indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem sobre os algarismos.
- 8.7.** Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.

## **9. PROPOSTAS VARIANTES**

Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

## **10. PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS**

- 10.1.** O prazo para apresentação de propostas termina às 23h59 do 30º dia a contar da data de envio para publicação do anúncio no Diário da República e no JOUE.
- 10.2.** O prazo para apresentação de propostas pode ser prorrogado a pedido de qualquer interessado que tenha adquirido as peças do procedimento, desde que fundamentado.
- 10.3.** O prazo pode ainda ser prorrogado, quando as retificações ou esclarecimentos sejam comunicados para além do prazo previsto para o efeito.
- 10.4.** Até ao termo do prazo fixado para apresentação de propostas, os interessados que já as tenham apresentado podem retirá-las sempre que pretendam apresentar nova proposta dentro daquele prazo.



## **11. PRAZO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS**

Os concorrentes estão obrigados a manter as suas propostas, nos termos e nas condições em que foram formuladas, durante o prazo mínimo de 120 dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

## **12. LISTA DOS CONCORRENTES E CONSULTA DAS PROPOSTAS APRESENTADAS**

**12.1.** No dia imediato ao termo do prazo para apresentação das propostas, é publicada, na plataforma eletrónica, a lista dos concorrentes.

**12.2.** As propostas apresentadas encontram-se disponíveis para consulta diretamente na plataforma eletrónica mencionada no número anterior, mediante a atribuição aos concorrentes incluídos na lista de um login e de uma password.

## **13. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO E ORDENAÇÃO DAS PROPOSTAS**

O critério de adjudicação é monofator, sendo considerado o mais baixo prémio comercial anual da categoria trabalhador.

## **14. CRITÉRIO DE DESEMPATE**

**14.1.** Em caso de empate, o critério de desempate será o mais baixo prémio comercial da categoria filho menor de 25 anos.

**14.2.** Caso ainda assim se mantenha o empate, o desempate será realizado através de um sorteio.

## **15. ESCLARECIMENTOS A PRESTAR PELOS CONCORRENTES**

**15.1.** O júri do concurso pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeito da análise e da avaliação das mesmas.

**15.2.** Estes elementos serão fornecidos por escrito e considerar-se-ão como parte integrante da proposta na medida em que não a contrariem, não a alterem nem complete os seus atributos, nem visem suprir omissões que determinem a sua exclusão nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP, considerando-se como não escrita a contradição com o teor das propostas.

**15.3.** Os esclarecimentos prestados são disponibilizados na plataforma eletrónica disponibilizada.



## **16. RELATÓRIO PRELIMINAR**

- 16.1.** Analisadas as propostas, o júri elabora um Relatório Preliminar no qual ordena as propostas.
- 16.2.** São referidas no Relatório Preliminar as propostas excluídas.
- 16.3.** O Relatório Preliminar é notificado aos concorrentes através da plataforma eletrónica.

## **17. AUDIÊNCIA PRÉVIA**

Elaborado o Relatório Preliminar aludido no ponto anterior, o júri envia-o a todos os candidatos, fixando-lhes um prazo de 5 (cinco) dias úteis, para que se pronunciem, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

## **18. RELATÓRIO FINAL**

- 18.1.** Cumprido o disposto no ponto anterior, o júri elabora um Relatório Final fundamentado, o qual é enviado ao órgão competente para decisão.
- 18.2.** Se deste relatório resultar ordenação ou exclusão das propostas diferente da constante no relatório preliminar é concedida nova audiência prévia nos termos previstos no artigo 148.º do Código dos Contratos Públicos.

## **19. ADJUDICAÇÃO**

- 19.1.** A decisão de adjudicação é notificada a todos os concorrentes, dentro do prazo de obrigação de manutenção das propostas.
- 19.2.** Juntamente com a decisão de adjudicação, o adjudicatário é notificado para:
  - a) Apresentar os documentos de habilitação exigidos no Ponto 20;
  - b) Prestar caução, nos termos do Ponto 21;
  - c) Confirmar no prazo para o efeito fixado, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada.
- 19.3.** A notificação referida no número anterior é acompanhada do Relatório Final de análise das propostas.





## **20. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**20.1.** O adjudicatário deve apresentar, no prazo de 10 (dez) dias da notificação da decisão de adjudicação, os seguintes documentos de habilitação:

- a) Declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos;
- b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do Artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos, designadamente:
  - i. Certificado do registo criminal da entidade, bem como dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência e estes se encontrem em efetividade de funções;
  - ii. Documento comprovativo da situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
  - iii. Documento comprovativo da situação regularizada relativamente a impostos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal.

**20.2.** Podem ser solicitados ao adjudicatário, ainda que tal não conste no programa de concurso, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, mediante um prazo a fixar para o efeito, nos termos do disposto no n.º 8 do artigo 81.º do CCP.

**20.3.** Os concorrentes e as empresas que integrem o agrupamento devem apresentar individualmente os documentos de habilitação exigidos.

**20.4.** A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação:

- a) No prazo de 10 (dez) dias contados da notificação da decisão de adjudicação;
- b) Redigidos em língua portuguesa, ou noutra língua desde que acompanhados de tradução devidamente legalizada, nos casos em que esta seja admissível nos termos do presente programa de concurso.

**20.5.** Quando as situações previstas no número anterior se verificarem por facto que não seja imputável ao adjudicatário a CP pode conceder-lhe, em função das razões invocadas, um prazo adicional para a apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação.



- 20.6.** O prazo concedido para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados e que podem levar à caducidade da adjudicação é de 5 dias.
- 20.7.** Em caso de caducidade da adjudicação, a CP deve adjudicar a proposta ordenada em lugar imediatamente subsequente.

## **21. CAUÇÃO**

- 21.1.** O adjudicatário deve prestar, para garantia do exato e pontual cumprimento das obrigações emergentes do contrato uma caução no valor de 5% (cinco por cento) do valor total do prémio anual da categoria trabalhadores, no prazo de 10 (dez) dias a contar da notificação.
- 21.2.** A caução destina-se a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações assumidas pelo adjudicatário em consequência da adjudicação.
- 21.3.** A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não prestar, em tempo e nos termos estabelecidos nos números anteriores, a caução que lhe seja exigida.
- 21.4.** No caso previsto no número anterior, a CP deve adjudicar a proposta ordenada em lugar imediatamente subsequente.
- 21.5.** As cauções são prestadas por qualquer dos meios admitidos no Código dos Contratos Públicos por entidade bancária ou entidade seguradora legalmente autorizada com sede ou sucursal em estado-membro da União Europeia, e quando o for através de garantia bancária, seguro-caução ou depósito em dinheiro ou títulos, deverá seguir as minutas respetivas constantes no Anexo I deste programa de concurso.
- 21.6.** Todas as despesas relativas à prestação de cauções correm por conta do adjudicatário.

## **22. CELEBRAÇÃO DO CONTRATO**

- 22.1.** A minuta do contrato é remetida, para aceitação, ao adjudicatário, após cumprimento de todas as formalidades anteriores, para sobre ela se pronunciar no prazo de 5 (cinco) dias subseqüentes à respetiva notificação.
- 22.2.** Considerar-se-á aprovada a minuta se houver aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos 5 (cinco) dias subseqüentes à respetiva notificação.
- 22.3.** Apenas serão admissíveis reclamações que tenham por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato, nos termos dos n.ºs 2 a 5 do artigo 96.º do CCP.



- 22.4.** No prazo de 10 (dez) dias a contar da receção da reclamação, o órgão que aprovou a minuta do contrato notifica o reclamante da sua decisão.
- 22.5.** A não resposta no prazo indicado no ponto anterior equivale à rejeição da reclamação.
- 22.6.** Por razões de interesse público, pode o órgão competente para a decisão de contratar propor ajustamentos ao conteúdo do contrato.
- 22.7.** Os ajustamentos não podem, em caso algum, implicar alteração dos parâmetros base fixados no caderno de encargos nem aspetos de execução do contrato a celebrar não submetidos à concorrência, nem incluir soluções contidas em proposta apresentada por outro concorrente.
- 22.8.** São encargos do adjudicatário todas as despesas inerentes à celebração do contrato.
- 22.9.** A outorga do contrato deve ter lugar no prazo de 30 dias contados da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, mas nunca antes de:
- a. Decorridos 10 dias contados da data da notificação da decisão de adjudicação a todos os concorrentes;
  - b. Apresentados todos os documentos de habilitação exigidos;
  - c. Comprovada a prestação da caução, nos termos do disposto no número 1 do artigo 90.º do CCP;
  - d. Confirmados os compromissos referidos na alínea c) do número 2 do artigo 77.º do CCP.

## **23. PROCEDIMENTOS PARA A FORMAÇÃO DE CONTRATOS SUBSEQUENTES**

Ao abrigo do contrato resultante do presente procedimento poderá a CP, em futuras aquisições, adotar o procedimento por ajuste direto, nos termos previstos na alínea a) do nº 1 do artigo 27º do Código dos Contratos Públicos.



## ANEXO I MODELOS DE CAUÇÃO

### I. GARANTIA BANCÁRIA

**C.P. - Comboios de Portugal, E.P.E.**  
**Calçada do Duque, nº 20**  
**1249-109 Lisboa**

Em nome e a pedido de [\*] (*identificação completa do adjudicatário*), vem o (a) [\*] (*identificação completa da instituição garante*), pelo presente documento, prestar a favor de CP - Comboios de Portugal, E.P.E., com sede na Calçada do Duque, nº 20, em Lisboa, uma garantia bancária de Euros: € [\*] ([\*]), destinada a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo garantido no âmbito do procedimento de [\*] para [\*].

A presente garantia corresponde a [%] do valor total da adjudicação acima mencionada e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se o garante, sem quaisquer reservas, por fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que interpelado por simples notificação escrita por parte da entidade beneficiária.

Fica bem assente de que o Banco garante, no caso de vir a ser chamado a honrar a presente garantia, não poderá tomar em consideração quaisquer objeções do(s) garantido(s), sendo-lhe igualmente vedado opor à entidade beneficiária quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer face ao garante.

A presente garantia permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua libertação pela entidade beneficiária, não podendo ser anulada ou alterada sem esse mesmo consentimento e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos.

A presente garantia rege-se pelo direito português e o tribunal competente para dirimir qualquer questão é o Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa.

Data

Assinaturas (*devidamente reconhecidas, com a indicação expressa da qualidade em que são feitas*)

### II. SEGURO CAUÇÃO

#### **Declaração de Seguro Caução n.º [\*], Apólice [\*]**

A [\*] (*identificação completa da Seguradora*), a seguir designada por Seguradora, em nome e a pedido de [\*] (*identificação completa do adjudicatário*), a seguir designado por tomador do Seguro, declara prestar a favor da CP - Comboios de Portugal, E.P.E., com sede na Calçada do Duque, nº 20, em Lisboa, a seguir designado por Beneficiário, um seguro de caução titulado pela apólice [\*], no valor de Euros: € [\*] ([\*]), destinado a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo



Tomador do Seguro no âmbito do procedimento de [●] para [●] (*indicar a prestação de serviços objeto da adjudicação*), nos termos dos n.º 7 e 8 do artigo 90º do Código dos Contratos Públicos.

A presente garantia corresponde a [●]% do valor total da adjudicação acima mencionada e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se o garante, sem quaisquer reservas, por fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, num prazo máximo de 5 dias úteis, após interpelação por simples notificação escrita por parte do Beneficiário.

Fica bem assente que a Seguradora, no caso de vir a ser chamada a honrar a presente garantia, não poderá tomar em consideração quaisquer objeções do Tomador do Seguro, sendo-lhe igualmente vedado opor ao Beneficiário quaisquer reservas ou meios de defesa de que o Tomador do Seguro se possa valer face ao Beneficiário.

Este Seguro de Caução tem início em [●] e permanece válido até que seja expressamente autorizada a sua libertação pelo Beneficiário, não podendo ser anulado ou alterado sem o seu consentimento e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos.

A presente garantia rege-se pelo direito português e o tribunal competente para dirimir qualquer questão é o Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa.

Data

Assinaturas (*devidamente reconhecidas, com a indicação expressa da qualidade em que são feitas*)

\_\_\_\_\_

### III. GUIA DE DEPÓSITO

A [●] (identificação completa da empresa), com sede em [●], com o número único de matrícula e de pessoa coletiva n.º [●], vai depositar na conta da CP-Comboios de Portugal, EPE na Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, EPE (BIC IGCPPTPL) com o n.º 1120012815 e IBAN PT50078101120112001281513, o montante de € [●] ([●] por extenso), em dinheiro/em títulos \_\_\_\_\_(eliminar o que não interessar), correspondente a 5% ([●] por cento) do valor da adjudicação, a título de caução referente ao procedimento de [●] para [●], nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos.

Este depósito, sem reservas, fica à ordem da CP - Comboios de Portugal, E.P.E., entidade a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

Em anexo conta o respetivo comprovativo de transferência bancária.

Data

Assinaturas (*Devidamente reconhecidas, com a indicação expressa da qualidade em que são feitas*).



COMBOIOS DE PORTUGAL

#### IV. GARANTIA BANCÁRIA POR ADIANTAMENTO

**C.P. - Comboios de Portugal, E.P.E.**  
**Calçada do Duque, nº 20**  
**1249-109 Lisboa**

Em nome e a pedido da [●], com sede [●], com o número único de matrícula e de pessoa coletiva n.º [●], vem o (a) [●] (*identificação completa da instituição garante*), pelo presente documento, prestar a favor de CP - Comboios de Portugal, E.P.E., com sede na Calçada do Duque, nº 20, em Lisboa, uma garantia bancária de Euros: € [●] ([●]), destinada a caucionar o adiantamento do pagamento realizado no âmbito do procedimento por concurso público [●] (Proc. n.º [●]), nos termos do disposto na cláusula [●] do contrato e no art. 292º do Código dos Contratos Públicos.

A presente garantia corresponde a [●]% do valor total da adjudicação acima mencionada e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se o garante, sem quaisquer condições ou reservas, por fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que interpelado por simples notificação escrita por parte da entidade beneficiária.

Fica bem assente de que o Banco garante, no caso de vir a ser chamado a honrar a presente garantia, não poderá tomar em consideração quaisquer objeções do(s) garantido(s), sendo-lhe igualmente vedado opor à entidade beneficiária quaisquer condições, reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer face ao garante.

A presente garantia permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua libertação pela entidade beneficiária, não podendo ser anulada ou alterada sem esse mesmo consentimento e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos.

A garantia será reduzida proporcionalmente, à medida da receção provisória, no prazo de trinta dias, e desde que não haja lugar à sua execução.

A presente garantia rege-se pelo direito português e o tribunal competente para dirimir qualquer questão é o Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa.

Data

Assinaturas (*devidamente reconhecidas, com a indicação expressa da qualidade em que são feitas*).